

**HABEAS CORPUS Nº 548.915 - SP (2019/0358386-7)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : MAURO EVANDO GUIMARAES  
**ADVOGADO** : MAURO EVANDO GUIMARAES - SP204341  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE CARLOS BARBOSA JUNIOR (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, impetrado em favor de JOSE CARLOS BARBOSA JUNIOR, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.

Sustenta o impetrante a existência de constrangimento ilegal suportado pelo ora paciente em razão da ausência de fundamentação idônea do decreto prisional.

Postula , em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

É o breve relatório.

**Decido.**

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isto porque, do exame da r. decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, tem-se que tal **decisum** estaria suficientemente fundamentado na necessidade de acautelamento da ordem pública, notadamente se considerado os indícios de que o ora paciente integra organização criminosa, com clara divisão de

# *Superior Tribunal de Justiça*

tarefas, voltada ao tráfico de drogas, sendo que o ora paciente "*utilizava-se da condição de 'motorista de aplicativo' para trazer e levar entorpecentes e, mesmo após sua soltura pela concessão de liberdade provisória (fls. 96/98), teria continuado a mercancia ilegal, até ser novamente preso em flagrante delito (fls. 173/192).*" (fl. 79).

**Como cediço, "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva"** (HC n. 95024/SP, **Primeira Turma**, Rel<sup>a</sup>. Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 20/2/2009, grifei), como na hipótese.

Não verifico, pois, a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada nesta análise meramente perfunctória.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de primeiro grau.

Abra-se vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator